

As delivered - checked against English Interpretation

***Speech of the Head of the Brazilian Delegation, Mr. Blairo Maggi,
Minister of State for Agriculture, Livestock and Food Supply***

Mr. President,

Heads of State and Government, Ministers, (Director-General of FAO) and Permanent Representatives,

Brazil recognizes the centrality of food and agriculture issues in the United Nations system. It supports, from its inception, the objectives and the goals of FAO.

The agricultural sector is fundamental to the Brazilian economy and rural development. From smallholders to large-scale producers, it employs one in every five workers and accounts for more than 20% of our Gross Domestic Product. Brazil is today one of the largest producers and exporters of food in the world. Our productivity has increased 4% a year since 1975.

The Brazilian agriculture is developing in a sustainable way, in line with the 2030 Agenda. We provide diversified, safe and high quality food for our country and for a large part of the growing world population. Greater market access is essential for reducing food insecurity, hunger and malnutrition. Brazil is committed to guaranteeing the right to food, to producing more and better, using natural resources more efficiently. We are demonstrating with practical examples that it is possible to change the pattern of agriculture production, particularly in tropical areas, and we would like to see this effort multiplied.

We understand that FAO, in the fulfilment of its mandate, should prioritize issues relating to food production, productivity and nutrition. In this context, high-protein foods, such as beef, as the Committee on World Food Security has noted, should be recognized for their contribution to food and nutrition security. Recommendations on reducing beef consumption due to greenhouse gas emissions should not be made by FAO. Moreover, there is already technology available, developed by the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa), for the production of beef with zero carbon emissions balance in relation to greenhouse gases. Environmental considerations related to agricultural activities should be analyzed – in a very specific way – in their real dimension and perspective, taking also into account the peculiarities of each country.

The Brazilian government has been implementing policies to recover degraded areas, to conserve soils and to improve the management of water resources. We clearly support agroecology, innovation and integrated production systems with crops, livestock and forestry. We promote family farmers' access to markets to ensure better living conditions and guarantee food security. An example of this promotion is the award-winning National School Feeding Program which ensures that more than 40 million children receive daily school meals made

using family farming products. In addition, in Brazil, gender equality is a fundamental element for food security and rural development.

Sustainable food systems and healthier diets are two pillars that guide Brazilian public policies. Brazil was the first country to make commitments in the context of the United Nations Decade of Action on Nutrition. It encourages other countries to do the same. It supports even closer coordination between FAO and WHO, particularly within the framework of the Nutrition Decade and Codex Alimentarius activities.

Mr. President,

Brazil is recognized as a major promoter of South-South and Triangular Cooperation. It seeks, therefore, to share its successful experiences with other countries.

We are aware that all efforts to improve agriculture and food and nutritional security must consider the adverse impacts of climate change. Developing countries are those that are the most affected by historical emissions from industrialized economies. My country joins the international community in its concern for the effects of climate change on agriculture and food security.

Climate change is a big challenge for all of us. It requires reform in current production and consumption patterns, including food waste. Brazil is doing its part. We are committed to reducing emissions by 43 percent by 2030 compared to 2005 levels. Brazilian legislation mandates that at least 20 percent of the rural areas must conserve native vegetation - which withholds carbon stocks and ensures corridors for biodiversity. This percentage varies according to the different biomes and can reach 80% of the area of rural properties in the North of the country. Moreover, the river banks and water sources must be preserved with native vegetation, without any subsidy for the farmer. 61 percent of land falls under this regulation. The National Adaptation Plan for Climate Change and the Low Carbon Agriculture Program – ABC Program – are our priority and indicate positive results, including increased production and productivity. The area of implementation of integrated systems – agriculture, livestock and forest – has already reached about 12 million hectares in 2016, favouring the sustainability and income of many farmers.

Mr President,

Brazil supports FAO efforts to help countries implement their Nationally Determined Contributions under the Paris Agreement. This Organization has a great comparative advantage in promoting resilience and adapting agriculture to the effects of climate change. The Green Climate Fund allocates half of its resources to adaptation projects. FAO should use these resources to strengthen its adaptation activities, with additional mitigation benefits. Facing climate change and its effects requires adequate, predictable and sustainable financing, technology and capacity building. We believe that developed countries, in particular the world's leading emitters, should fulfil their commitments to the international community.

I reiterate Brazil's strong support for the purposes and objectives of FAO and the crucial role agriculture plays in addressing today's enormous challenges.

Thank you, Mr President.

To be checked against delivery

40' Conferência do SAO item 9 da Agenda —Debate General

Discurso do Chefe da Delegação brasileira, Senhor Blaine Moggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Senhor Presidente,

Excelentíssimos Chefes de Estado e de Governo, Ministros, (Diretor-Geral da FAO) e Representantes Permanentes,

O Brasil reconhece a centralidade dos temas de alimentação e agricultura no sistema das Nações Unidas. Apoia, desde sua fundação, os objetivos e propósitos da FAO.

O setor agrícola é fundamental para a economia brasileira e o desenvolvimento rural. Dos pequenos proprietários aos grandes produtores, emprega um em cada cinco trabalhadores e responde por mais de 20% do nosso Produto Interno Bruto.

O Brasil é hoje um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Nossa produtividade aumenta 4% ao ano desde 1975.

A agricultura brasileira se desenvolve de maneira sustentável em linha com a Agenda 2030. Fornecemos alimentos diversificados, seguros e de alta qualidade para nosso país e para grande parcela da crescente população mundial. O maior acesso a mercados é essencial para a redução da insegurança alimentar, fome e má nutrição.

O Brasil está empenhado em garantir o direito à alimentação, em produzir mais e melhor, valendo-se dos recursos naturais com maior eficiência. Estamos demonstrando com exemplos práticos que é possível mudar o padrão de produção da agricultura, em particular em áreas tropicais, e desejamos ver esse esforço multiplicado.

Entendemos que a FAO, no cumprimento do seu mandato, deve priorizar questões relativas à produção de alimentos, à produtividade e à nutrição. Nesse contexto, alimentos de alto valor proteico, como a carne bovina, como bem observou o Comitê de Segurança Alimentar-2016, devem ser reconhecidos pela sua contribuição à segurança alimentar e nutricional.

Recomendações sobre diminuição do consumo de carne bovina devido a emissões de gases de efeito estufa não devem ser recomendadas pela FAO. Há, inclusive, tecnologia, já desenvolvida pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - para produção de carne bovina com balanço zero de emissões de gases de efeito estufa.

Considerações de ordem ambiental vinculadas às atividades agropecuárias devem ser analisadas —criteriosamente —na sua real dimensão e perspectiva, tendo em vista também as ecularidades de cada país.

O governo brasileiro vem implementando políticas para recuperar áreas degradadas, conservar os solos e aprimorar a gestão dos recursos hídricos.

Apoiamos, de forma clara, a agroecologia, a inovação e os sistemas de produção integrada entre a lavoura, a pecuária e a floresta. Promovemos o acesso dos agricultores familiares aos mercados, para assegurar-lhes melhores condições de vida e garantir a segurança alimentar.

Um excelente exemplo dessa promoção é o premiado Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garante que mais de 40 milhões de crianças recebam diariamente refeições escolares elaboradas com produtos da agricultura familiar. Adicionalmente, no Brasil, a igualdade de gênero é elemento fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Sistemas alimentares sustentáveis e dietas mais saudáveis são dois pilares que norteiam as políticas públicas brasileiras. O Brasil foi o primeiro país a assumir compromissos no contexto da Década de Ação em Nutrição das Nações Unidas. Encoraja outros países a fazerem o mesmo. Respalda uma coordenação, ainda mais estreita, entre a FAO e a OMS, sobretudo no âmbito da Década em Nutrição e das atividades do Codex Alimentarius.

Sr. Presidente,

O Brasil é reconhecidamente um grande promotor da Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Busca, assim, compartilhar suas experiências exitosas com outros países. Estamos cientes de que todos os esforços para melhorar a agricultura e a segurança alimentar e nutricional devem considerar os impactos adversos da mudança do clima.

Os países em desenvolvimento são os mais afetados pelas emissões históricas das economias industrializadas. Meu país se soma à comunidade internacional na sua preocupação com os efeitos da mudança do clima na agricultura e na segurança alimentar. A mudança do clima é um grande desafio para todos nós. Ela exige reforma nos atuais padrões de produção e de consumo, inclusive em relação ao desperdício de alimentos.

O Brasil está fazendo a sua parte. Estamos comprometidos em reduzir as emissões em 43% até 2030, em relação aos níveis de 2005. A legislação brasileira determina que ao menos 200/0 da área das propriedades agrícolas deve conservar a vegetação nativa — que retém estoques de carbono e assegura corredores para a biodiversidade.

Esse percentual, que varia de acordo com os diferentes biomas, chega a 80% da área das propriedades rurais no Norte do país. As margens de rios e fontes de água devem ser preservadas com vegetação nativa, sem nenhum subsídio para o produtor rural.

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e o Programa Agricultura de Baixo Carbono — Programa ABC —, constituem nossa prioridade e indicam resultados positivos, inclusive com aumento da produção e produtividade. A área de integração com lavoura, pecuária e floresta já atingiu cerca de 12 milhões de hectares em 2016, favorecendo a sustentabilidade e a renda de muitos agricultores.

Sr. Presidente,

O Brasil respalda os esforços da FAO para ajudar os países a implementar as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, previstas no Acordo de Paris. Esta Organização tem uma grande vantagem comparativa na promoção da resiliência e da adaptação da agricultura aos efeitos da mudança do clima. O Fundo Verde do Clima destina metade dos seus recursos para projetos de adaptação. A FAO deve aproveitar esses recursos para reforçar suas atividades em adaptação, com benefícios adicionais de mitigação.

O combate à mudança do clima e de seus efeitos exige financiamento, tecnologia e capacitação adequados, previsíveis e sustentáveis. Estimamos que os países desenvolvidos, em particular os principais emissores mundiais, cumpram com seus compromissos perante a comunidade internacional.

Reitero o firme apoio do Brasil aos propósitos e objetivos da FAO e ao crucial papel da agricultura para a solução dos enormes desafios atuais.

Muito obrigado, Senhor Presidente.